



Aula 00

500 Questões Comentadas de Direito
Empresarial

Profs. Diego Vieira e Luiz Mario

Sumário

SUMÁRIO.....	2
APRESENTAÇÃO.....	3
AULA 00.....	7
QUESTÕES DE PROVA COMENTADAS.....	8
LISTA DE QUESTÕES.....	33
GABARITO	44



Apresentação

Olá, pessoal.

Nosso curso de Questões Comentadas de Direito Empresarial foi elaborado por dois Auditores Fiscais do Estado do Rio de Janeiro, motivados a direcionar você, futuro colega Auditor Fiscal, a alcançar teu sonho da forma mais segura, tranquila e rápida possível.

O Direito Empresarial costuma ser o vilão de muitos candidatos e temido pelo histórico de dificuldade. Não sem motivo, pois o grau de abstração da Disciplina é muito alto para quem nunca vivenciou o mundo empresarial.

Então, elaboramos um curso abordando os principais tópicos desse ramo do Direito, trazendo uma abordagem suave e com **500 questões comentadas**, de modo que você possa fazer a diferença na hora da prova com um excelente resultado na nossa matéria.

Nossas aulas foram elaboradas com um único propósito: levar você, caro aluno, a simplesmente gabaritar as questões de Direito Empresarial. Utilizamos questões das mais variadas áreas: Fiscal, Tribunal, Policial, Controle e Gestão, Legislativa, Bancária, etc.

Indicaremos a você a DIREÇÃO certa para alcançar o seu sonho e estamos aqui para encurtar caminhos.

Para que isso aconteça, elaboramos o material de forma crescente, ou seja, cada aula envolverá assuntos específicos de parte do conteúdo da matéria, agregando-se o conhecimento a cada questão resolvida. As explicações serão completas e as questões não foram selecionadas ao acaso: Escolhemos as questões e as colocamos em uma certa ordem a fim de auxiliar o seu estudo de forma DIRECIONADA e ORGANIZADA!

Enfim, nossa missão é tornar a tua caminhada mais leve e rápida na DIREÇÃO da tão sonhada APROVAÇÃO.

Contem conosco!!!

Quem somos:

Luiz Mario é Auditor Fiscal da Receita Estadual do Rio de Janeiro (ICMS-RJ) há 06 anos. Formado em Ciências Navais pela Escola Naval em 2006.

Diego Vieira é Auditor Fiscal da Receita Estadual do Rio de Janeiro (ICMS-RJ) há 06 anos, tendo sido aprovado nos concursos do TCM-RJ, APO-RJ e EPP-RJ (2º lugar). Formado em Ciências Navais pela Escola Naval.

Siga-nos no Instagram!



@prof.luizmario

@profdiegovieira

Aula 00

Nesta aula vamos trazer 30 questões de temas variados a fim de apresentar a vocês nosso estilo de aula e de correção de questões. Esperamos que você goste:

Aula 00	Aula Demonstrativa. 30 questões variadas
---------	---

Tendo em vista a incidência das questões, como vimos acima, as 30 questões desta aula tratarão:

- 10 questões: Teoria Geral do Direito Empresarial
- 10 questões: Direito Societário
- 4 questões: Recuperação judicial, extrajudicial e falência.
- 3 questões: Títulos de Crédito
- 3 questões: Contratos

Questões de prova comentadas

1. (CESPE. Analista Legislativo - Câmara. 2014)

No que se refere às regras gerais do direito de empresas, julgue o seguinte item.

O conceito de empresário previsto no Código Civil engloba todas as pessoas físicas e jurídicas que exercem qualquer atividade econômica organizada.

Certo

Errado

RESOLUÇÃO:

Devemos iniciar nossas questões com o conceito de empresário, previsto no artigo 966 do CC:

Art. 966. Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.

Temos 3 tipos de empresários em nosso ordenamento jurídico:

- Empresário individual
- Sociedade empresária
- EIRELI (empresa individual de responsabilidade limitada)

Há certa uma confusão entre esses termos, em especial entre os sócios de uma sociedade empresária e o empresário. O conceito de empresário não está relacionado às pessoas físicas e jurídicas que, porventura, o componham (no caso de uma sociedade).

O empresário foi definido no artigo 966, CC como aquele que exerce **profissionalmente** (com habitualidade) atividade **econômica** (visando o lucro) **organizada** (com a organização dos fatores de produção) para a **produção ou a circulação de bens ou de serviços**.

No caso de uma sociedade empresária, temos a figura do sócio pessoa física ou jurídica. Figura essa que não se confunde com a sociedade empresária, essa sim, é o empresário.

EIRELI, por outro lado, é um novo ente.

Resposta: Errado

2. (CESPE. Procurador do Estado - AM. 2016)

No que concerne ao direito empresarial em sentido amplo, julgue o item a seguir.

Pessoa física pode exercer a atividade como empresário individual, que é a figura jurídica normatizada como sociedade individual de responsabilidade limitada.

Certo

Errado

RESOLUÇÃO:

Uma grande confusão feita pela banca mais uma vez.

A primeira parte da afirmação está correta pois realmente a pessoa física pode exercer atividade como empresário individual.

Em seguida, porém, define o empresário individual como uma figura jurídica inexistente denominada "sociedade individual de responsabilidade limitada". O termo sociedade, usado pelo examinador, pressupõe a existência de mais de uma pessoa, logo, regra geral, é um contrassenso falar em sociedade individual. Tentaram, portanto, misturar os conceitos de empresário individual e a EIRELI, Empresa Individual de Responsabilidade Limitada.

Em segundo lugar, EIRELI e Empresário Individual são entes distintos. Inclusive, o **Empresário Individual possui responsabilidade ilimitada** sobre as dívidas da empresa. Já a **EIRELI**, como o próprio nome diz, **possui responsabilidade limitada aos bens integralizados no capital social**.

Resposta: Errado

3. (CESPE. PC-SE - Delegado de Polícia. 2018)

A respeito das condições para o exercício de atividade comercial, julgue o item subsequente.

Condenado por crime falimentar não pode se registrar na junta comercial como empresário individual, mas pode figurar como sócio de responsabilidade limitada, desde que sem poderes de gerência ou administração.

Certo

Errado

RESOLUÇÃO:

Existem duas condições para o exercício da atividade de empresário:

- Pleno gozo da capacidade civil

- Não forem legalmente impedidos.

Os condenados por crime falimentar, mesmo em pleno gozo da capacidade civil, estão impedidos de registro como empresário individual, mas podem ser sócios em uma sociedade empresária.

Entretanto, cabe lembrar, existem limitações às atividades como sócio, como podemos ver no § 1º do artigo 1.011 do CC:

§ 1º **Não podem ser administradores**, além das pessoas impedidas por lei especial, **os condenados a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, enquanto perdurarem os efeitos da condenação.**

Resposta: Certo

4. (CESPE. AGU. 2015)

Acerca dos impedimentos, direitos e deveres do empresário, julgue o item que se segue de acordo com a legislação vigente.

O incapaz não pode ser autorizado a iniciar o exercício de uma atividade empresarial individual, mas, excepcionalmente, poderá ele ser autorizado a dar continuidade a atividade preexistente.

Certo

Errado

RESOLUÇÃO:

São duas as possibilidades do incapaz **continuar** o exercício de empresa:

- No caso de incapacidade superveniente própria.
- No caso do incapaz receber o exercício da empresa por herança ou sucessão

Vejamos o enunciado 203 da III Jornada de Direito Civil nesse sentido:

203. O exercício da empresa por empresário incapaz, **representado ou assistido**, somente é possível nos casos de **incapacidade superveniente ou incapacidade do sucessor na sucessão por morte**.

De qualquer forma o incapaz não possui respaldo legal para iniciar a atividade empresarial.

Resposta: Certo

5. (CESPE. Analista Judiciário – TRF 1ª REGIÃO. 2017)

Julgue o item a seguir, considerando o entendimento legal e doutrinário acerca da figura jurídica do empresário e das pessoas jurídicas.

O empresário, para iniciar suas atividades formalmente, deve se inscrever no registro público de empresas mercantis.

Certo

Errado

RESOLUÇÃO:

O Código Civil assim dispõe acerca do registro:

Art. 967. É obrigatória a inscrição do empresário no **Registro Público de Empresas Mercantis** da respectiva sede, **antes do início de sua atividade**.

É, portanto, correta a alternativa, pois é a literalidade do artigo 967 do Código Civil. Para o empresário estar regular, precisará inscrever-se no RPEM **antes** de iniciar suas atividades.

Resposta: Certo

6. (CESPE. Analista Judiciário - TRF 1ª REGIÃO. 2017. Adaptada)

Em relação à capacidade para exercício de empresa e ao registro empresarial, assinale a opção correta.

O registro de empresário rural na junta comercial, de natureza declaratória, sujeita-o ao regime jurídico empresarial.

Certo

Errado

RESOLUÇÃO:

Questão que envolve posição doutrinária. Regra geral, o registro do empresário é de **natureza declaratória**. Vejamos o Enunciado 198 da III Jornada de Direito Civil:

*198 – Art. 967: A **inscrição** do empresário na Junta Comercial **não é requisito para a sua caracterização**, admitindo-se o exercício da empresa sem tal providência. O empresário irregular reúne os requisitos do art. 966, sujeitando-se às normas do Código Civil e da legislação comercial, salvo naquilo em que forem incompatíveis com a sua condição ou diante de expressa disposição em contrário.*

Entretanto, o registro do empresário rural possui natureza distinta. Vejamos o Enunciado 202 da CJF:

*202 – Arts. 971 e 984: O **registro do empresário ou sociedade rural na Junta Comercial é facultativo e de natureza constitutiva**, sujeitando-o ao regime jurídico empresarial. É inaplicável esse regime ao empresário ou sociedade rural que não exercer tal opção.*

Portanto, a natureza do registro do empresário rural na Junta Comercial é constitutiva!

Resposta: Errado

7. (CESPE. Câmara dos Deputados – Analista Legislativo – Consultor Legislativo Área VII. 2014)

No que se refere às regras gerais do direito de empresas, julgue o seguinte item.

As juntas comerciais, na análise dos atos de registro a ela submetidos, devem ater-se ao exame do cumprimento das formalidades legais, jamais adentrando no mérito do ato praticado.

Certo

Errado

RESOLUÇÃO:

Trata-se de uma questão que consideramos de alto grau de dificuldade, tendo em vista que o examinador insere a palavra jamais e mesmo assim a resposta para a afirmação é correta.

Baseamo-nos no artigo 40 da Lei 8.934, de 1994:

Art. 40. Todo ato, documento ou instrumento apresentado a arquivamento será objeto de exame do cumprimento das formalidades legais pela junta comercial.

A Junta Comercial, portanto, atém-se ao exame **apenas** das formalidades legais.

Resposta: Correto.

8. (CESPE. Câmara dos Deputados – Analista Legislativo – Consultor Legislativo Área VII. 2014)

No que se refere às regras gerais do direito de empresas, julgue o seguinte item.

Considere que determinada alteração do contrato social de uma sociedade empresária tenha sido decidida, assinada pelos sócios e, dois meses depois, levada à junta comercial para o devido registro. Nesse caso, deferido o correspondente arquivamento, seus efeitos retroagirão à data da assinatura da alteração do contrato social.

Certo

Errado

RESOLUÇÃO:

Essa afirmação combina o inciso II, alínea a do artigo 32 com o artigo 36, ambos da Lei 8.394, de 1994, conforme abaixo:

*Art. 36. Os **documentos** referidos no inciso II do art. 32 deverão ser apresentados a **arquivamento** na junta, dentro de **30 (trinta) dias contados de sua assinatura, a cuja data retroagirão os efeitos do arquivamento; fora desse prazo, o arquivamento só terá eficácia a partir do despacho que o conceder.***

Art. 32. O registro compreende:

*II - O **arquivamento**:*

*a) **dos documentos** relativos à constituição, **alteração**, dissolução e extinção de firmas mercantis individuais, sociedades mercantis e cooperativas;*

No nosso caso concreto estamos tratando do arquivamento da alteração do contrato social. Como foi levado à Junta Comercial apenas 2 meses depois de decidida e assinada pelos sócios, após os 30 dias do artigo 36, portanto, os efeitos não retroagirão; ao contrário, seus efeitos serão a partir do despacho que conceder o registro dessa alteração.

Resposta: Errado.

9. (CESPE. Analista Judiciário – TRF 1ª REGIÃO. 2017)

Julgue o item a seguir, considerando o entendimento legal e doutrinário acerca da figura jurídica do empresário e das pessoas jurídicas.

Faculta-se ao empresário a decisão de tornar público o seu objeto social.

Certo

Errado

RESOLUÇÃO:

Essa questão trata acerca da obrigatoriedade ou não de se tornar público o objeto social.

É preciso ter em conta o fato de que a inscrição do empresário é obrigatória antes mesmo do início de suas atividades e tem como finalidade **tornar pública a sua atividade**, bem como a finalidade empresarial e suas disposições do ato constitutivo

Conforme os arts. 29 e 30 da Lei n. 8.934/94, qualquer pessoa, sem precisar demonstrar a razão, pode consultar os registros existentes nas Juntas Comerciais desde que pague o preço fixado pelo órgão, podendo assim requerer a expedição de certidões. Isso demonstra a publicidade do ato.

Art. 968. A inscrição do empresário far-se-á mediante requerimento que contenha:

IV - o **objeto** e a sede da empresa.

Ou seja, a publicidade do objeto social não é facultativa, mas obrigatória ao empresário.

Resposta: Errado

10. (CESPE. Juiz / TJ-DFT. 2014. Adaptada)

Considere as seguintes pessoas físicas e jurídicas:

1. João Bosco Caldinho de Feijão;
2. Bodyyou Confecções EIRELI;
3. Irmãos Bozzano e Companhia, sociedade em nome coletivo;
4. Bugatti & Tomatti Irmãos Sociedade em Comandita Simples;
5. Caixa Segura Operações Financeiras S.A.;
6. Morar Bem Ltda. – ME;
7. Reciclar Cooperativa de Catadores de Lixo;
8. Qualitá Odontologia Aplicada, Sociedade Simples.

Nos termos da legislação de regência e da jurisprudência do STJ, assinale a opção correta que traduz um entendimento válido sobre nome empresarial.

a) À firma Juliana Almeida Odontologia Aplicada confere-se a mesma proteção dada ao nome empresarial Qualitá Odontologia Aplicada, ainda que a sociedade simples não seja registrada no registro público de empresas mercantis, mas no registro civil de pessoas jurídicas.

b) O nome empresarial João Bosco Caldinho de Feijão representa empresário registrado por firma que contém seu próprio nome, e não por denominação; por outro lado, a sociedade em nome coletivo denominada Irmãos Bozzano e Companhia pode ser registrada tanto por firma quanto por denominação.

c) O nome empresarial Bodyyou Confecções EIRELI deve ser registrado por denominação, sendo obrigatória a presença da sigla EIRELI para indicar que se trata de empresário individual com responsabilidade limitada; por sua vez, a microempresa Morar Bem Ltda. – ME pode ser registrada por firma ou por denominação, desde que à sua denominação seja acrescida a sigla ME, sendo facultativa a indicação de seu objeto social.

d) O nome empresarial Caixa Segura Operações Financeiras – S.A. é registrável por atender ao regramento específico aplicável às sociedades anônimas, assim como aos princípios da novidade e da veracidade, se, de fato, o objeto social da sociedade empresária for a realização de operações financeiras.

e) A denominação da sociedade cooperativa Reciclar Cooperativa de Catadores de Lixo atende ao que determina a legislação de regência, passível de registro no registro público de empresas mercantis do estado-membro em que seja sediada, sendo o efeito de proteção à exclusividade de utilização do nome empresarial automaticamente estendido para todo o território nacional.

RESOLUÇÃO:

Letra A. Juliana Almeida Odontologia Aplicada é uma firma, enquanto Qualitá Odontologia Aplicada é denominação. A ambas confere-se a mesma proteção. As sociedades simples realmente se registram no RCPJ. **Assertiva certa.**

Letra B. Sociedade em nome coletivo somente pode adotar firma. **Assertiva errada.**

Letra C. Morar Bem LTDA é uma denominação. A firma precisa ter o nome civil de um ou mais sócios. **Assertiva errada.**

Letra D. O problema nesta opção repousa no princípio da novidade. A denominação "Caixa Segura Operações Financeiras –S.A" é nome empresarial muito similar à já estabelecida "Caixa Seguradora S.A." da Caixa Econômica Federal. **Assertiva errada.**

Letra E. A proteção ao nome empresarial não se aplica a todo território nacional imediatamente. A proteção é dada, a princípio, no âmbito do registro do empresário, ou seja, se feito no RJ a proteção é dada nos registros feitos no RJ. É possível a extensão da proteção a âmbito nacional, que veremos no próximo tópico desta aula. **Assertiva errada.**

Esta questão originalmente foi anulada. Fizemos uma adaptação no que talvez tenha sido a ideia original da banca. Na prova, na opção A lia-se "A denominação Juliana Almeida ...". Acontece que "Juliana Almeida Odontologia" é firma, não denominação.

Resposta: A

11. (CESPE. ICMS-ES. 2013)

Rafael, Elias e Otávio instituíram a sociedade Beta Ltda. com o capital social subscrito no valor de R\$ 30.000,00, sendo cada quota equivalente ao valor de R\$ 10.000,00. A integralização do capital não foi totalmente realizada, visto que Otávio não realizou qualquer espécie de contribuição, Rafael integralizou o valor de sua quota em dinheiro e Elias contribuiu com prestação de serviços.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta em relação à responsabilidade dos sócios quanto à integralização do capital social da empresa.

- a) Elias e Otávio respondem de maneira solidária em relação ao valor de R\$ 20.000,00, ao passo que Rafael responde subsidiariamente.
- b) Elias e Otávio respondem de maneira solidária em relação ao valor de R\$ 20.000,00, ao passo que a Rafael não cabe nenhuma responsabilidade, visto que ele adimpliu sua obrigação social.
- c) Otávio responde pessoalmente por sua quota não integralizada, sendo a responsabilidade de Elias e Rafael subsidiária em relação aos respectivos valores.
- d) A responsabilidade dos três sócios é solidária em relação ao valor da quota de Otávio, visto que a quota não foi integralizada nem com aporte de capitais, nem mediante prestação de serviços.
- e) A responsabilidade dos três sócios é solidária em relação ao valor das quotas de Otávio e de Elias, visto que o primeiro não integralizou nenhum capital e o segundo integralizou mediante serviços, modalidade não permitida pelo ordenamento jurídico.

RESOLUÇÃO:

No caso das sociedades limitadas, a responsabilidade dos sócios é limitada. Porém, quanto ao capital social não integralizado, a responsabilidade é limitada e solidária entre os sócios. É o que prevê o artigo 1.052 do CC:

*Art. 1.052. Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, **mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.***

Ficamos então entre as alternativas D e E.

Com relação à contribuição com prestação de serviços, temos o disposto no § 2º do artigo 1.055:

§ 2º É vedada contribuição que consista em prestação de serviços.

Portanto a alternativa D está incorreta, pois o Código Civil expressamente veda a contribuição de capital social com serviços para a sociedade limitada.

Resposta: E

12. (CESPE. Procurador do Município – João Pessoa/PB. 2018)

Um sócio de determinada sociedade limitada decidiu ceder as suas quotas empresariais. Contudo, no ato constitutivo dessa sociedade, não fora estipulada a forma de cessão de quotas.

Nessa situação hipotética, o referido sócio

- a) poderá realizar a cessão a qualquer um dos sócios.
- b) deverá dar preferência ao sócio que detiver mais cotas na sociedade.
- c) deverá ter a anuência da maioria dos sócios.
- d) poderá ceder suas cotas a qualquer um dos sócios; porém, se outro sócio se opuser, a eficácia do ato de cessão será obstada.
- e) deverá distribuir as quotas proporcionalmente entre os sócios que indicarem interesse.

RESOLUÇÃO:

Na omissão do contrato social, a sociedade limitada rege-se como sociedade de pessoas, no que tange à alienação das cotas. A sociedade de pessoas é aquela com *intuitu personae* onde a pessoa do sócio tem grande importância. Sendo assim, não existe óbice algum para a realização da participação para qualquer um dos sócios já existentes, mas sim para a alienação a pessoa estranha à sociedade.

Interessante ressaltar que o artigo 1.057 do Código estabelece, quanto à alienação da participação a pessoa estranha à sociedade, que, na omissão do contrato, a cessão da participação não poderá ser realizada se mais de 25% do capital social se opuser. Vejamos o dispositivo:

Art. 1.057. Na omissão do contrato, o sócio pode ceder sua quota, total ou parcialmente, a quem seja sócio, independentemente de audiência dos outros, ou a estranho, se não houver oposição de titulares de mais de um quarto do capital social.

E se o contrato social não for omissivo? Bem, nesse caso a cessão da participação rege-se pelas regras do contrato social.

Resposta: A

13. (CESPE. PGE-PE. 2018)

A respeito das operações societárias, julgue os itens a seguir.

I Na fusão há um ato desconstitutivo de duas sociedades e um ato constitutivo de uma nova sociedade, a qual pode, inclusive, ser de um tipo diferente.

II A transformação não acarreta a dissolução da sociedade, mas apenas muda a disciplina legal.

III A incorporação cria nova sociedade, com o mesmo tipo societário, a qual assumirá todos os direitos e obrigações das incorporadas.

IV Será nula de pleno direito a cisão em que apenas parte do patrimônio de uma sociedade seja transferida à outra.

Estão certos apenas os itens

- a) I e II.
- b) I e IV.
- c) II e III.
- d) I, III e IV.
- e) II, III e IV.

RESOLUÇÃO:

I. Afirmação está **correta**. Na fusão temos a extinção das sociedades fundidas e o surgimento de uma nova. Nada impede que a nova seja de tipo societário diferente.

II. Afirmação é **correta**, pois a transformação é mera mudança do tipo societário.

III. Afirmação está **errada**, pois a incorporação não cria nova sociedade, porém resulta em extinção da incorporada.

III. Afirmação está **errada**, pois a cisão poderá ser parcial ou total.

Apenas I e II estão certas.

Resposta: A

14. (CESPE. DPU - Defensor Público Federal. 2015)

Considerando a existência de relação jurídica referente a determinado objeto envolvendo dois sujeitos, julgue o próximo item.

Caso um dos sujeitos da relação jurídica seja uma sociedade, admite-se excepcionalmente a desconsideração da regra de separação patrimonial entre a sociedade e seus sócios com o intuito de evitar fraude, situação em que haverá a dissolução da personalidade jurídica.

Certo

Errado

RESOLUÇÃO:

A **desconsideração da personalidade jurídica** é uma suspensão **temporária** dos efeitos da **autonomia patrimonial**. Em nenhum momento, ocorre a dissolução da personalidade, apenas mitigação dos seus efeitos para coibir abusos. **Não** se pode **confundir desconsideração** com **dissolução da personalidade jurídica**, portanto.

Resposta: Errado.

15. (CESPE. BACEN - Procurador. 2013)

Em relação aos diversos tipos de sociedade, assinale a opção correta.

- a) A sociedade em comum compreende as figuras doutrinárias da sociedade de fato e da irregular.
- b) Servidor público pode compor o quadro social de sociedade em comandita simples, desde que na condição de sócio comanditado.
- c) A fusão e a incorporação de sociedade anônima passaram a ser reguladas pelas normas do novo Código Civil, tendo sido revogados os respectivos artigos da Lei de Sociedades Anônimas.
- d) Não foi recepcionada pelo novo Código Civil a sociedade de capital e indústria, não sendo mais permitida a contribuição de sócio apenas em trabalho próprio.
- e) A sociedade limitada rege-se supletivamente pelas normas da sociedade simples, se assim estiver estipulado no contrato social.

RESOLUÇÃO:

Letra A. A sociedade em comum é a sociedade que não possui registro, englobando a sociedade de fato e a sociedade irregular. **Assertiva certa.**

Letra B. Sócio comanditado (coitado! Lembre-se do mnemônico) possui função de administração e responsabilidade solidária e ilimitada, por isso é uma função vedada aos, dentre outros, servidores públicos da União. **Assertiva errada.**

Letra C. O Enunciado 70 da I Jornada de Direito Civil da CJF estabelece que as disposições sobre fusão, cisão e incorporação do CC não se aplicam às SA. **Assertiva errada.** Vejamos o texto do Enunciado:

70 - As disposições sobre incorporação, fusão e cisão previstas no Código Civil não se aplicam às sociedades anônimas. As disposições da Lei n. 6.404/76 sobre essa matéria aplicam-se, por analogia, às demais sociedades naquilo em que o Código Civil for omissivo

Letra D. Alguns tipos societários aceitam a contribuição do sócio via serviços. A sociedade simples é um exemplo. **Assertiva errada.**

Letra E. As LTDA são regidas, no silêncio do contrato, pelas regras da sociedade simples. O contrato pode prever a regência supletiva pela Lei das SA. **Assertiva errada.**

Resposta: A

16. (CESPE. Delegado PC - GO. 2017)

Assinale a opção correta no que se refere ao direito societário.

a) Compete ao poder público municipal do local da sede autorizar o funcionamento de sociedades cujo funcionamento dependa de autorização do Poder Executivo.

b) É nulo todo o contrato social de sociedade limitada que contenha cláusula que exclua qualquer sócio da participação nos lucros e nas perdas.

c) A sociedade em comum e a sociedade de fato ou irregular são não personificadas, conforme classificação do Código Civil.

d) O sócio remisso pode ser excluído da sociedade pelos demais, caso em que deve ser-lhe devolvido, com os abatimentos cabíveis, o montante com o qual tenha contribuído para o capital social.

e) Os tipos societários previstos no Código Civil são exemplificativos, podendo as sociedades organizar-se de formas distintas das expressamente listadas.

RESOLUÇÃO:

Letra A. A autorização para as sociedades dependentes de autorização do Poder Executivo é dada sempre pelo Poder Executivo Federal. **Assertiva errada.** Vejamos o dispositivo no CC:

Art. 1.123. A sociedade que dependa de autorização do Poder Executivo para funcionar rege-se por este título, sem prejuízo do disposto em lei especial.

Parágrafo único. A competência para a autorização será sempre do Poder Executivo federal.

Letra B. Pela regra do artigo 1.008 do CC, é nula a estipulação contratual que exclua qualquer sócio de participar dos lucros e das perdas. Mas isso não anula o contrato. **Assertiva errada.**

Art. 1.008. É nula a **estipulação contratual** que exclua qualquer sócio de participar dos lucros e das perdas.

Letra C. Embora a sociedade comum seja sociedade não personificada, o erro da questão está no fato da sociedade irregular e de fato não estarem classificadas no CC. Somente a sociedade em comum está. **Assertiva errada.**

Letra D. Sócio remisso é o sócio que não integralizou sua devida parte do capital social. Essa opção está correta, tendo em vista o disposto no artigo 1.058. **Assertiva certa.**

Art. 1.058. Não integralizada a quota de sócio remisso, os outros sócios podem, sem prejuízo do disposto no art. 1.004 e seu parágrafo único, tomá-la para si ou transferi-la a terceiros, excluindo o primitivo titular e devolvendo-lhe o que houver pago, deduzidos os juros da mora, as prestações estabelecidas no contrato mais as despesas.

Letra E. Na verdade a liberdade de organizar-se de forma distinta dos tipos previstos é uma prerrogativa da **sociedade simples**. A sociedade empresária deve seguir um dos tipos estabelecidos pelo CC. **Assertiva errada.**

Art. 983. A sociedade empresária deve constituir-se segundo um dos tipos regulados nos arts. 1.039 a 1.092; a sociedade simples pode constituir-se de conformidade com um desses tipos, e, não o fazendo, subordina-se às normas que lhe são próprias

Resposta: D

17. (CESPE. Juiz Federal – TRF 3ª Região. 2011)

Os dez sócios que detêm o capital social de determinada empresa limitada pretendem promover fusão com outra empresa.

Nessa situação, em conformidade com o Código Civil,

a) não há necessidade de reunião ou assembleia para a tomada de decisão, se todos os sócios decidirem por escrito.

b) a decisão deve ser tomada em assembleia.

c) a assembleia ou a reunião destinada à discussão do assunto só pode ser instalada com a presença de todos detentores do capital social.

d) a assembleia ou a reunião destinada à deliberação sobre a matéria vincula os sócios que não estiverem presentes.

e) a matéria pode ser deliberada pela diretoria, desde que com a presença de algum dos sócios.

RESOLUÇÃO:

Estamos diante do caso de uma sociedade limitada com 10 sócios. Em sociedades limitadas de **até 10 sócios**, o contrato pode prever a deliberação social via reunião. De qualquer forma, o § 3º do art. 1.072 traz a dispensa da reunião bem como da assembleia se **“todos os sócios decidirem, por escrito**, sobre a matéria que seria objeto de votação”.

Portanto, a letra A está correta. Não há necessidade de assembleia nem de reunião se todos os sócios decidirem por escrito. Observe que tem que ser todos os sócios e por escrito.

*Art. 1.072. As deliberações dos sócios, obedecido o disposto no art. 1.010, serão tomadas em **reunião ou em assembléia**, conforme previsto no contrato social, devendo ser convocadas pelos administradores nos casos previstos em lei ou no contrato.*

*§ 1º A deliberação em **assembléia** será obrigatória se o número dos sócios for superior a dez.*

...

*§ 3º A reunião ou a assembléia tornam-se **dispensáveis** quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto delas.*

Resposta: A

18. (CESPE. ICMS-ES. 2013)

No que concerne à sociedade por ações, assinale a opção correta.

a) A aprovação das contas sem reservas pela assembleia geral ordinária não exonera os administradores e os diretores de indenização pela prática de ato ilícito que tenha causado prejuízo à companhia.

b) O valor patrimonial das ações corresponde ao montante pago pela ação quando adquirida.

c) A incorporação consiste na absorção de uma ou mais sociedades anônimas por outra, o que enseja a extinção da personalidade jurídica da sociedade incorporada. Equiparando-se, para efeitos legais, à morte da pessoa física ou natural, a sociedade incorporadora somente responde pelas dívidas da sociedade incorporada na proporção do seu patrimônio.

d) O acionista minoritário detém legitimidade ativa para o ajuizamento de ação individual de responsabilidade contra o administrador que desvie recursos de sua empresa.

e) As demonstrações financeiras das companhias abertas devem refletir as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, sendo obrigatória a submissão desses demonstrativos à auditoria realizada por auditores independentes registrados.

RESOLUÇÃO

Letra A. Assertiva pegadinha total! Vamos à literalidade do disposto na Lei nº 6.404/76 (LSA):

Art. 134 ...

§ 3º A aprovação, sem reserva, das demonstrações financeiras e das contas, exonera de responsabilidade os administradores e fiscais, salvo erro, dolo, fraude ou simulação

Veja que a aprovação sem reservas **exonera** de responsabilidade administradores e fiscais, **exceto** em caso de erro, dolo, fraude ou simulação. A assertiva, por outro lado, afirma que a **aprovação sem reservas não exonera** administradores e diretores pela prática de **ato ilícito**. Nem sempre o erro será ilícito. Além disso existe a confusão de fiscais com diretores. **Assertiva errada.**

Letra B. **Valor patrimonial** = patrimônio / qtde de ações. Montante pago para aquisição da ação poderá ser o **preço de emissão**, se a compra foi no mercado primário, ou **valor de negociação**, se a compra foi no mercado secundário. Além disso temos o **valor nominal** (facultativo), que é o capital social / # de ações. E temos o **valor econômico**, que é o valor calculado por especialistas. **Assertiva errada.**

Letra C. A incorporada realmente é extinta. Até aí a alternativa estava correta. Entretanto, falha quando fala que a incorporadora somente responde pelas dívidas na proporção do seu patrimônio. Esta regra se aplica à **cisão total**. Na incorporação todas as dívidas e direitos são passados à incorporadora. **Assertiva errada.**

Letra D. Na verdade a competência para ajuizamento de ação de responsabilidade é da **assembleia geral**. **Se a assembleia deliberar que deverá ajuizar, mas não o fizer em 3 meses**, qualquer sócio poderá fazê-lo. Se, por outro lado, a assembleia **decidir por não ajuizar a ação**, sócios representantes de **5% do capital** poderão fazê-lo. **Assertiva errada.**

Letra E. É a literalidade do § 3º do artigo 177 da LSA. Veja como nas SA de capital aberto existem mais regras visando a proteção dos acionistas minoritários. **Assertiva certa.**

Resposta: E

19. (CESPE. Telebrás. 2013)

No âmbito das S.A., os órgãos societários incluem, obrigatoriamente, a assembleia geral, o conselho de administração, a diretoria e o conselho fiscal.

Certo

Errado

RESOLUÇÃO:

Este tópico dos órgãos obrigatórios é recorrente nos concursos. Resumidamente, temos:

Conselho de administração: facultativo, sendo obrigatório nas SA de **capital aberto, nas de capital autorizado e nas sociedades de economia mista.**

Diretoria: obrigatório, composto por pelo menos 2 membros.

Conselho Fiscal: obrigatório, de **funcionamento facultativo** (nas sociedades de economia mista o funcionamento é permanente), com pelo menos 3 membros. Cuidado com este detalhe! Se cair "A companhia terá um conselho fiscal e o estatuto disporá sobre seu funcionamento", é a literalidade do artigo 161.

Assembleia Geral: obrigatório. Parece óbvio, mas lembre-se que nas LTDA a assembleia ou reunião poderão ser dispensadas caso as deliberações sejam tomadas por escrito pelos sócios. A assembleia geral ordinária ocorrerá anualmente, nos 4 primeiros meses do ano.

Portanto o conselho de administração não é obrigatório a todas as SA. **Assertiva errada.**

Resposta: Errado

20. (CESPE. TCM-BA. 2018)

Considere que o estatuto de determinada companhia aberta seja omissivo quanto à distribuição de dividendos. Nesse caso, a Lei n.º 6.404/1976 prevê que, após a constituição das reservas, sobre o lucro líquido do exercício, os acionistas terão direito a

- a) 10%.
- b) 20%.
- c) 35%.
- d) 45%.
- e) 50%.

RESOLUÇÃO:

No silêncio do estatuto, o dividendo obrigatório deverá ser de 50% do lucro líquido ajustado (art. 202 da LSA), ou seja, do lucro líquido "*diminuído ou acrescido dos seguintes valores:*

- a) *importância destinada à constituição da reserva legal (art. 193); e*
- b) *importância destinada à formação da reserva para contingências (art. 195) e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores;*"

Resposta: E

21. (CESPE. SEFAZ-ES – Auditor Fiscal da Receita Estadual. 2013)

Em relação à falência, à concordata e à liquidação extrajudicial, assinale a opção correta.

a) São atribuídos ao sócio majoritário que não seja administrador da sociedade limitada os deveres impostos pela lei falimentar no caso de falência.

b) A decretação de liquidação extrajudicial, cujo principal efeito é o vencimento antecipado das obrigações da liquidanda, é ato privativo da autoridade judiciária.

c) A fazenda pública não tem legitimidade para requerer a falência do devedor, visto que possui meios individuais e específicos de satisfação do crédito em relação aos demais credores.

d) Após a arrecadação dos bens e da juntada do respectivo auto ao processo de falência, inicia-se a realização do ativo, etapa em que deve ser observada ordem de preferência, não podendo ser adotada mais de uma forma de alienação.

e) O deferimento do processamento da recuperação judicial suspende o curso da prescrição das execuções de natureza fiscal, independentemente da concessão do parcelamento nos termos do Código Tributário Nacional (CTN) e da legislação ordinária específica

RESOLUÇÃO:

Letra A. Não há essa prevalência do sócio majoritário de sociedade limitada em caso de falência, conforme artigo 82 da Lei de Falências (Lei nº 11.101/05 - LF). **Assertiva errada.**

Letra B. De acordo com o artigo 161, parágrafo segundo, da LF, o plano de recuperação extrajudicial **não poderá prever pagamento antecipado de dívidas. Assertiva errada.**

Letra C. Conforme Enunciado 56 da I Jornada de Direito Comercial da CJF, a Fazenda Pública não possui legitimidade para requerer falência. **Assertiva certa.**

56 - A Fazenda Pública não possui legitimidade ou interesse de agir para requerer a falência do devedor empresário

Letra D. O artigo 140, parágrafo primeiro da LF, prevê mais de uma forma de alienação dos bens. **Assertiva errada.**

Art. 140. A alienação dos bens será realizada de uma das seguintes formas, observada a seguinte ordem de preferência:

I – alienação da empresa, com a venda de seus estabelecimentos em bloco;

II – alienação da empresa, com a venda de suas filiais ou unidades produtivas isoladamente;

III – alienação em bloco dos bens que integram cada um dos estabelecimentos do devedor;

IV – alienação dos bens individualmente considerados.

Letra E. Na verdade, a recuperação judicial não suspende o curso da execução fiscal, exceto em caso de parcelamento, conforme parágrafo sétimo do artigo 6º, LF. **Assertiva errada.**

Resposta: C

22. (CESPE. SEFAZ-AC – Fiscal da Receita Estadual. 2009)

A empresa Ômega teve sua falência decretada pelo juízo competente.

Entre as dívidas acumuladas pela sociedade, encontravam-se dívidas de natureza tributária, relativas a tributos federais, estaduais e municipais, multas aplicadas pela Receita Federal do Brasil, pelo IBAMA e pela fiscalização trabalhista, créditos bancários com garantia hipotecária, dívidas de natureza trabalhista, em relação a todos os empregados, e créditos quirografários. Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta.

a) De acordo com o princípio da supremacia do interesse público sobre o particular, as dívidas tributárias, assim como as multas dessa natureza, devem ser pagas integralmente antes da satisfação dos demais credores, não importando o montante das outras dívidas.

b) Os créditos bancários garantidos por hipoteca deverão ser pagos antes mesmo do início da satisfação dos créditos tributários, até o limite do valor do bem gravado com hipoteca.

c) As multas tributárias têm primazia em relação às demais multas administrativas, sejam elas trabalhistas ou ambientais, já que, por sua natureza tributária, devem ser pagas juntamente com o montante principal das dívidas tributárias.

d) O STF entende que não há hierarquia na satisfação dos tributos de natureza federal, estadual ou municipal, devendo todos ser pagos conjuntamente, pois estabelecer privilégio para algum desses entes violaria o pacto federativo e, conseqüentemente, caracterizaria inconstitucionalidade.

RESOLUÇÃO:

Letra A. Os créditos tributários estão classificados em terceiro lugar na ordem de preferência dos créditos, conforme artigo 83, III, da LF. Não devem, portanto, serem pagas antes das demais. Além disso, as multas tributárias não são pagas juntamente dos créditos. **Assertiva errada.**

Letra B. Os créditos com garantia real são os segundos na ordem de classificação, enquanto os tributários estão em terceiro, conforme o artigo 83, II, da LF. **Assertiva certa.**

Letra C. O legislador não atribuiu essa preferência à multa tributária em detrimento das multas administrativas, conforme artigo 83, VII, da LF. Intuitivamente, você pode até achar que deveria e a banca tenta te confundir, inclusive com o enunciado da letra A que fala do princípio da supremacia do interesse

público sobre o particular. Intuição não acerta o gabarito da prova. A lei é clara e não há preferência da multa tributária sobre as demais. **Assertiva errada.**

Letra D. A assertiva cobra o conhecimento do artigo 187 do CTN!! Pois é, que pegadinha!!! Vou até reproduzir o artigo para você ver:

Art. 187. A cobrança judicial do crédito tributário não é sujeita a concurso de credores ou habilitação em falência, recuperação judicial, concordata, inventário ou arrolamento.

Parágrafo único. O concurso de preferência somente se verifica entre pessoas jurídicas de direito público, na seguinte ordem:

I - União;

II - Estados, Distrito Federal e Territórios, conjuntamente e pró rata;

III - Municípios, conjuntamente e pró rata.

Portanto, há preferência entre os entes federativos, conforme incisos acima. **Assertiva errada.** Será que a CESPE repete essa questão... É de 2009, vamos ver!!!

Resposta: B

23. (CESPE. Polícia Federal – Delegado da Polícia Federal. 2018)

Julgue o item seguinte, relativos a institutos complementares do direito empresarial, teoria geral dos títulos de crédito, responsabilidade dos sócios, falência e recuperação empresarial.

A sentença que decreta a falência ou concede a recuperação judicial é condição objetiva de punibilidade das infrações penais previstas na Lei de Recuperação de Empresas.

Certo

Errado

RESOLUÇÃO:

Literalidade do artigo 180 da LF:

Art. 180. A sentença que decreta a falência, concede a recuperação judicial ou concede a recuperação extrajudicial de que trata o art. 163 desta Lei é condição objetiva de punibilidade das infrações penais descritas nesta Lei.

Resposta: Certo.

24. (CESPE. ABIN – Oficial Técnico de Inteligência. 2018)

No que tange à doutrina da desconsideração da personalidade jurídica, à classificação, às características e às distinções entre as sociedades empresárias e à falência e à recuperação judicial e extrajudicial, julgue o item que se segue.

Situação hipotética: A empresa Alfa-Beta Ltda. é credora de um título executivo, com valor equivalente a trinta salários mínimos, da empresa Kapa-Pi Ltda. O título não foi pago no seu vencimento.

Assertiva: Nessa situação, a empresa Alfa-Beta Ltda. não poderá pedir a falência da empresa Kapa-Pi Ltda., ainda que faça o protesto desse título.

Certo

Errado

RESOLUÇÃO:

O artigo 94, I, LF, estabelece que impontualidade injustificada de título(s) com obrigação líquida e protestado(s), para ensejar falência, deverá somar mais que 40 salários mínimos.

Resposta: Certo

25. (CESPE. DPE-AC. 2017)

Com relação à nota promissória, assinale a opção correta.

- a) Para que a cartularidade dessa nota seja garantida, é necessário aceite.
- b) É vedada, nesse tipo de título, a utilização de cláusula não à ordem.
- c) A obrigação constante desse título deve ficar sujeita a uma condicionante.
- d) A referida nota é uma promessa de pagamento.
- e) A emissão dessa nota exige vinculação a um negócio jurídico.

RESOLUÇÃO:

A Nota Promissória (NP) possui as mesmas regras que a Letra de Câmbio (LC), ambas regidas pela Lei Uniforme de Genebra (LUG), exceto:

- NP é uma promessa de pagamento;

- Não existe aceite de uma NP;
- O sacador é o devedor principal;
- O protesto é facultativo contra o sacador.

Letra A. Não existe aceite de NP. Lembre que a NP é uma promessa de pagamento, portanto o sacador é o devedor principal. **Assertiva errada.**

Letra B. Não existe essa vedação. Ao contrário do CC, que considera não escrita a cláusula não à ordem. Cuidado com essas pegadinhas:

*Art. 890. Consideram-se **não escritas** no título a cláusula de juros, a **proibitiva de endosso**, a excludente de responsabilidade pelo pagamento ou por despesas, a que dispense a observância de termos e formalidade prescritas, e a que, além dos limites fixados em lei, exclua ou restrinja direitos e obrigações.*

Assertiva errada.

Letra C. A NP, assim como todo título de crédito, é dotado de autonomia. Ou seja, é um título executivo extrajudicial necessário ao exercício do direito literal e autônomo nele contido. **Assertiva errada.**

Letra D. A NP é promessa de pagamento. A LC é ordem de pagamento. Com efeito, dos 04 títulos de crédito mais famosos (LC, NP, Duplicata Mercantil e Cheque), **somente a NP é promessa de pagamento.** **Assertiva certa.**

Letra E. Veja que o princípio da autonomia se desdobra em dois sub-princípios: Abstração e Inoponibilidade das exceções pessoais aos terceiros de boa fé.

Com relação à abstração temos que isso implica que o título de crédito se desvincula do negócio jurídico que lhe deu origem. Ou seja, emitida a NP, ela passa a ser completamente autônoma. **Assertiva errada.**

Resposta: D

26. (CESPE. TJ-PR. 2017)

O ato cambiário pelo qual o credor transmite a outrem seus direitos sobre título nominal à ordem é denominado

- a) aceite.
- b) aval.
- c) endosso.
- d) cessão civil de crédito.

RESOLUÇÃO:

A transmissão da titularidade do título de crédito nominal à ordem é operada sob o **endosso**.

Veja que a transmissão do título de crédito nominal não à ordem é operada sob a **cessão civil de crédito**. Não poderia ser diferente, uma vez que o endosso é impedido pela cláusula não à ordem. E sendo um título nominal, não existe possibilidade para a troca de titularidade. Portanto sua circulação se dá mediante a **tradição mais a cessão civil de crédito**.

No título ao portador a simples **tradição** enseja a transmissão da titularidade.

Resposta: C

27. (CESPE. Telebras. 2015)

Acerca da letra de câmbio, julgue o item a seguir.

A regra de que o aceite na letra seja somente praticado pelo sacado não é absoluta, uma vez que a Lei Uniforme acata o aceite por intervenção, diante da falta ou recusa do aceite pelo sacado, após o protesto; um terceiro, não nomeado pelo sacado, poderá aceitar a letra, desde que o portador da letra concorde.

Certo

Errado

RESOLUÇÃO:

Regra super específica tratada nos artigos 55 a 63 da LUG.

Vejam os artigos 55 e 56:

*Art. 56 O aceite por intervenção **pode realizar-se em todos os casos em que o portador de uma letra aceitável tem direito de ação antes do vencimento**. [a recusa do aceite pelo aceitante causa vencimento antecipado, portanto gerando um direito de ação do portador antes do vencimento original da LC]*

*Quando na letra se indica uma pessoa para em caso de necessidade a aceitar ou a pagar no lugar do pagamento, o **portador não pode exercer o seu direito de ação antes do vencimento contra aquele que indicou essa pessoa e contra os signatários subseqüentes** a não ser que tenha apresentado a letra à pessoa designada e que, tendo esta recusado o aceite, se tenha feito o protesto.*

Nos outros casos de intervenção, o portador pode recusar o aceite por intervenção. Se, porém, o admitir, perde o direito de ação antes do vencimento contra aquele por quem a aceitação foi dada e contra os signatários subseqüentes.

Resposta: Certo

28. (CESPE. SEFAZ-AC. 2009. ADAPTADA)

Analise a assertiva a seguir:

No contrato de compra e venda mercantil, é defeso às partes fixar o preço em função de índices ou parâmetros, ainda que estes sejam suscetíveis de determinação objetiva.

Certo

Errado

RESOLUÇÃO:

Segundo o artigo 487, CC:

Art. 487. É lícito às partes fixar o preço em função de índices ou parâmetros, desde que suscetíveis de objetiva determinação.

Questão mais de Português do que de Direito Empresarial. Defeso significa proibido, enquanto o Código Civil dispõe ser lícito.

Resposta: Errado

29. (CESPE. ABIN. 2018)

No que concerne aos requisitos, impedimentos, direitos e deveres do empresário, aos atos de comércio e aos contratos de empresas, julgue o item subsecutivo.

Conforme súmula do Superior Tribunal de Justiça em vigor, a cobrança antecipada do valor residual garantido de um contrato de leasing o descaracteriza, transformando-o em compra e venda a prestação.

Certo

Errado

RESOLUÇÃO:

A questão faz referência à Súmula 293 do STJ:

A cobrança antecipada do valor residual garantido (VRG) não descaracteriza o contrato de arrendamento mercantil.

Ou seja, num contrato de leasing (arrendamento mercantil), por vezes, o VRG (que é o valor do bem para aquisição ao final do leasing) pode ser pago antecipadamente via parcelamento ao longo do contrato, sendo pago junto das parcelas do leasing. Neste caso, o STJ entendeu que isto não descaracteriza o contrato de leasing.

Resposta: Errado

30. (CESPE. Telebras. 2013)

Julgue o item subsecutivo, em relação a características e classificação dos contratos empresariais.

Nos contratos de compra e venda realizados entre particulares, o comprador e o vendedor assumem, respectivamente, no prazo estipulado, a obrigação de pagar o preço e a de transferir o domínio da coisa, não cabendo mais ao vendedor essa responsabilidade depois de realizado o negócio.

Certo

Errado

RESOLUÇÃO:

Ora, a conclusão do negócio (entrega da coisa e pagamento) não afasta a responsabilidade do vendedor no caso de evicção nem sobre os riscos redibitórios. Assim, dizer que não cabe mais ao vendedor a responsabilidade de transferir o domínio da coisa depois de realizado o negócio é falso.

Resposta: Errado

Lista de questões

1. (CESPE. Analista Legislativo - Câmara. 2014)

No que se refere às regras gerais do direito de empresas, julgue o seguinte item.

O conceito de empresário previsto no Código Civil engloba todas as pessoas físicas e jurídicas que exercem qualquer atividade econômica organizada.

Certo

Errado

2. (CESPE. Procurador do Estado - AM. 2016)

No que concerne ao direito empresarial em sentido amplo, julgue o item a seguir.

Pessoa física pode exercer a atividade como empresário individual, que é a figura jurídica normatizada como sociedade individual de responsabilidade limitada.

Certo

Errado

3. (CESPE. PC-SE - Delegado de Polícia. 2018)

A respeito das condições para o exercício de atividade comercial, julgue o item subsequente.

Condenado por crime falimentar não pode se registrar na junta comercial como empresário individual, mas pode figurar como sócio de responsabilidade limitada, desde que sem poderes de gerência ou administração.

Certo

Errado

4. (CESPE. AGU. 2015)

Acerca dos impedimentos, direitos e deveres do empresário, julgue o item que se segue de acordo com a legislação vigente.

O incapaz não pode ser autorizado a iniciar o exercício de uma atividade empresarial individual, mas, excepcionalmente, poderá ele ser autorizado a dar continuidade a atividade preexistente.

Certo

Errado

5. (CESPE. Analista Judiciário – TRF 1ª REGIÃO. 2017)

Julgue o item a seguir, considerando o entendimento legal e doutrinário acerca da figura jurídica do empresário e das pessoas jurídicas.

O empresário, para iniciar suas atividades formalmente, deve se inscrever no registro público de empresas mercantis.

Certo

Errado

6. (CESPE. Analista Judiciário - TRF 1ª REGIÃO. 2017. Adaptada)

Em relação à capacidade para exercício de empresa e ao registro empresarial, assinale a opção correta.

O registro de empresário rural na junta comercial, de natureza declaratória, sujeita-o ao regime jurídico empresarial.

Certo

Errado

7. (CESPE. Câmara dos Deputados – Analista Legislativo – Consultor Legislativo Área VII. 2014)

No que se refere às regras gerais do direito de empresas, julgue o seguinte item.

As juntas comerciais, na análise dos atos de registro a ela submetidos, devem ater-se ao exame do cumprimento das formalidades legais, jamais adentrando no mérito do ato praticado.

Certo

Errado

8. (CESPE. Câmara dos Deputados – Analista Legislativo – Consultor Legislativo Área VII. 2014)

No que se refere às regras gerais do direito de empresas, julgue o seguinte item.

Considere que determinada alteração do contrato social de uma sociedade empresária tenha sido decidida, assinada pelos sócios e, dois meses depois, levada à junta comercial para o devido registro.

Nesse caso, deferido o correspondente arquivamento, seus efeitos retroagirão à data da assinatura da alteração do contrato social.

Certo

Errado

9. (CESPE. Analista Judiciário – TRF 1ª REGIÃO. 2017)

Julgue o item a seguir, considerando o entendimento legal e doutrinário acerca da figura jurídica do empresário e das pessoas jurídicas.

Faculta-se ao empresário a decisão de tornar público o seu objeto social.

Certo

Errado

10. (CESPE. Juiz / TJ-DFT. 2014. Adaptada)

Considere as seguintes pessoas físicas e jurídicas:

1. João Bosco Caldinho de Feijão;
2. Bodyyou Confecções EIRELI;
3. Irmãos Bozzano e Companhia, sociedade em nome coletivo;
4. Bugatti & Tomatti Irmãos Sociedade em Comandita Simples;
5. Caixa Segura Operações Financeiras S.A.;
6. Morar Bem Ltda. – ME;
7. Reciclar Cooperativa de Catadores de Lixo;
8. Qualitá Odontologia Aplicada, Sociedade Simples.

Nos termos da legislação de regência e da jurisprudência do STJ, assinale a opção correta que traduz um entendimento válido sobre nome empresarial.

a) À firma Juliana Almeida Odontologia Aplicada confere-se a mesma proteção dada ao nome empresarial Qualitá Odontologia Aplicada, ainda que a sociedade simples não seja registrada no registro público de empresas mercantis, mas no registro civil de pessoas jurídicas.

b) O nome empresarial João Bosco Caldinho de Feijão representa empresário registrado por firma que contém seu próprio nome, e não por denominação; por outro lado, a sociedade em nome coletivo denominada Irmãos Bozzano e Companhia pode ser registrada tanto por firma quanto por denominação.

c) O nome empresarial Bodyyou Confecções EIRELI deve ser registrado por denominação, sendo obrigatória a presença da sigla EIRELI para indicar que se trata de empresário individual com responsabilidade limitada; por sua vez, a microempresa Morar Bem Ltda. – ME pode ser registrada por

firma ou por denominação, desde que à sua denominação seja acrescida a sigla ME, sendo facultativa a indicação de seu objeto social.

d) O nome empresarial Caixa Segura Operações Financeiras – S.A. é registrável por atender ao regramento específico aplicável às sociedades anônimas, assim como aos princípios da novidade e da veracidade, se, de fato, o objeto social da sociedade empresária for a realização de operações financeiras.

e) A denominação da sociedade cooperativa Reciclar Cooperativa de Catadores de Lixo atende ao que determina a legislação de regência, passível de registro no registro público de empresas mercantis do estado-membro em que seja sediada, sendo o efeito de proteção à exclusividade de utilização do nome empresarial automaticamente estendido para todo o território nacional.

11. (CESPE. ICMS-ES. 2013)

Rafael, Elias e Otávio instituíram a sociedade Beta Ltda. com o capital social subscrito no valor de R\$ 30.000,00, sendo cada quota equivalente ao valor de R\$ 10.000,00. A integralização do capital não foi totalmente realizada, visto que Otávio não realizou qualquer espécie de contribuição, Rafael integralizou o valor de sua quota em dinheiro e Elias contribuiu com prestação de serviços.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta em relação à responsabilidade dos sócios quanto à integralização do capital social da empresa.

a) Elias e Otávio respondem de maneira solidária em relação ao valor de R\$ 20.000,00, ao passo que Rafael responde subsidiariamente.

b) Elias e Otávio respondem de maneira solidária em relação ao valor de R\$ 20.000,00, ao passo que a Rafael não cabe nenhuma responsabilidade, visto que ele adimpliu sua obrigação social.

c) Otávio responde pessoalmente por sua quota não integralizada, sendo a responsabilidade de Elias e Rafael subsidiária em relação aos respectivos valores.

d) A responsabilidade dos três sócios é solidária em relação ao valor da quota de Otávio, visto que a quota não foi integralizada nem com aporte de capitais, nem mediante prestação de serviços.

e) A responsabilidade dos três sócios é solidária em relação ao valor das quotas de Otávio e de Elias, visto que o primeiro não integralizou nenhum capital e o segundo integralizou mediante serviços, modalidade não permitida pelo ordenamento jurídico.

12. (CESPE. Procurador do Município – João Pessoa/PB. 2018)

Um sócio de determinada sociedade limitada decidiu ceder as suas quotas empresariais. Contudo, no ato constitutivo dessa sociedade, não fora estipulada a forma de cessão de quotas.

Nessa situação hipotética, o referido sócio

a) poderá realizar a cessão a qualquer um dos sócios.

b) deverá dar preferência ao sócio que detiver mais cotas na sociedade.

c) deverá ter a anuência da maioria dos sócios.

- d) poderá ceder suas cotas a qualquer um dos sócios; porém, se outro sócio se opuser, a eficácia do ato de cessão será obstada.
- e) deverá distribuir as quotas proporcionalmente entre os sócios que indicarem interesse.

13. (CESPE. PGE-PE. 2018)

A respeito das operações societárias, julgue os itens a seguir.

I Na fusão há um ato desconstitutivo de duas sociedades e um ato constitutivo de uma nova sociedade, a qual pode, inclusive, ser de um tipo diferente.

II A transformação não acarreta a dissolução da sociedade, mas apenas muda a disciplina legal.

III A incorporação cria nova sociedade, com o mesmo tipo societário, a qual assumirá todos os direitos e obrigações das incorporadas.

IV Será nula de pleno direito a cisão em que apenas parte do patrimônio de uma sociedade seja transferida à outra.

Estão certos apenas os itens

- a) I e II.
- b) I e IV.
- c) II e III.
- d) I, III e IV.
- e) II, III e IV.

14. (CESPE. DPU - Defensor Público Federal. 2015)

Considerando a existência de relação jurídica referente a determinado objeto envolvendo dois sujeitos, julgue o próximo item.

Caso um dos sujeitos da relação jurídica seja uma sociedade, admite-se excepcionalmente a desconsideração da regra de separação patrimonial entre a sociedade e seus sócios com o intuito de evitar fraude, situação em que haverá a dissolução da personalidade jurídica.

Certo

Errado

15. (CESPE. BACEN - Procurador. 2013)

Em relação aos diversos tipos de sociedade, assinale a opção correta.

- a) A sociedade em comum compreende as figuras doutrinárias da sociedade de fato e da irregular.

b) Servidor público pode compor o quadro social de sociedade em comandita simples, desde que na condição de sócio comanditado.

c) A fusão e a incorporação de sociedade anônima passaram a ser reguladas pelas normas do novo Código Civil, tendo sido revogados os respectivos artigos da Lei de Sociedades Anônimas.

d) Não foi recepcionada pelo novo Código Civil a sociedade de capital e indústria, não sendo mais permitida a contribuição de sócio apenas em trabalho próprio.

e) A sociedade limitada rege-se supletivamente pelas normas da sociedade simples, se assim estiver estipulado no contrato social.

16. (CESPE. Delegado PC - GO. 2017)

Assinale a opção correta no que se refere ao direito societário.

a) Compete ao poder público municipal do local da sede autorizar o funcionamento de sociedades cujo funcionamento dependa de autorização do Poder Executivo.

b) É nulo todo o contrato social de sociedade limitada que contenha cláusula que exclua qualquer sócio da participação nos lucros e nas perdas.

c) A sociedade em comum e a sociedade de fato ou irregular são não personificadas, conforme classificação do Código Civil.

d) O sócio remisso pode ser excluído da sociedade pelos demais, caso em que deve ser-lhe devolvido, com os abatimentos cabíveis, o montante com o qual tenha contribuído para o capital social.

e) Os tipos societários previstos no Código Civil são exemplificativos, podendo as sociedades organizar-se de formas distintas das expressamente listadas.

17. (CESPE. Juiz Federal – TRF 3ª Região. 2011)

Os dez sócios que detêm o capital social de determinada empresa limitada pretendem promover fusão com outra empresa.

Nessa situação, em conformidade com o Código Civil,

a) não há necessidade de reunião ou assembleia para a tomada de decisão, se todos os sócios decidirem por escrito.

b) a decisão deve ser tomada em assembleia.

c) a assembleia ou a reunião destinada à discussão do assunto só pode ser instalada com a presença de todos detentores do capital social.

d) a assembleia ou a reunião destinada à deliberação sobre a matéria vincula os sócios que não estiverem presentes.

e) a matéria pode ser deliberada pela diretoria, desde que com a presença de algum dos sócios.

18. (CESPE. ICMS-ES. 2013)

No que concerne à sociedade por ações, assinale a opção correta.

a) A aprovação das contas sem reservas pela assembleia geral ordinária não exonera os administradores e os diretores de indenização pela prática de ato ilícito que tenha causado prejuízo à companhia.

b) O valor patrimonial das ações corresponde ao montante pago pela ação quando adquirida.

c) A incorporação consiste na absorção de uma ou mais sociedades anônimas por outra, o que enseja a extinção da personalidade jurídica da sociedade incorporada. Equiparando-se, para efeitos legais, à morte da pessoa física ou natural, a sociedade incorporadora somente responde pelas dívidas da sociedade incorporada na proporção do seu patrimônio.

d) O acionista minoritário detém legitimidade ativa para o ajuizamento de ação individual de responsabilidade contra o administrador que desvie recursos de sua empresa.

e) As demonstrações financeiras das companhias abertas devem refletir as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, sendo obrigatória a submissão desses demonstrativos à auditoria realizada por auditores independentes registrados.

19. (CESPE. Telebrás. 2013)

No âmbito das S.A., os órgãos societários incluem, obrigatoriamente, a assembleia geral, o conselho de administração, a diretoria e o conselho fiscal.

Certo

Errado

20. (CESPE. TCM-BA. 2018)

Considere que o estatuto de determinada companhia aberta seja omissivo quanto à distribuição de dividendos. Nesse caso, a Lei n.º 6.404/1976 prevê que, após a constituição das reservas, sobre o lucro líquido do exercício, os acionistas terão direito a

a) 10%.

b) 20%.

c) 35%.

d) 45%.

e) 50%.

21. (CESPE. SEFAZ-ES – Auditor Fiscal da Receita Estadual. 2013)

Em relação à falência, à concordata e à liquidação extrajudicial, assinale a opção correta.

- a) São atribuídos ao sócio majoritário que não seja administrador da sociedade limitada os deveres impostos pela lei falimentar no caso de falência.
- b) A decretação de liquidação extrajudicial, cujo principal efeito é o vencimento antecipado das obrigações da liquidanda, é ato privativo da autoridade judiciária.
- c) A fazenda pública não tem legitimidade para requerer a falência do devedor, visto que possui meios individuais e específicos de satisfação do crédito em relação aos demais credores.
- d) Após a arrecadação dos bens e da juntada do respectivo auto ao processo de falência, inicia-se a realização do ativo, etapa em que deve ser observada ordem de preferência, não podendo ser adotada mais de uma forma de alienação.
- e) O deferimento do processamento da recuperação judicial suspende o curso da prescrição das execuções de natureza fiscal, independentemente da concessão do parcelamento nos termos do Código Tributário Nacional (CTN) e da legislação ordinária específica

22. (CESPE. SEFAZ-AC – Fiscal da Receita Estadual. 2009)

A empresa Ômega teve sua falência decretada pelo juízo competente.

Entre as dívidas acumuladas pela sociedade, encontravam-se dívidas de natureza tributária, relativas a tributos federais, estaduais e municipais, multas aplicadas pela Receita Federal do Brasil, pelo IBAMA e pela fiscalização trabalhista, créditos bancários com garantia hipotecária, dívidas de natureza trabalhista, em relação a todos os empregados, e créditos quirografários. Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- a) De acordo com o princípio da supremacia do interesse público sobre o particular, as dívidas tributárias, assim como as multas dessa natureza, devem ser pagas integralmente antes da satisfação dos demais credores, não importando o montante das outras dívidas.
- b) Os créditos bancários garantidos por hipoteca deverão ser pagos antes mesmo do início da satisfação dos créditos tributários, até o limite do valor do bem gravado com hipoteca.
- c) As multas tributárias têm primazia em relação às demais multas administrativas, sejam elas trabalhistas ou ambientais, já que, por sua natureza tributária, devem ser pagas juntamente com o montante principal das dívidas tributárias.
- d) O STF entende que não há hierarquia na satisfação dos tributos de natureza federal, estadual ou municipal, devendo todos ser pagos conjuntamente, pois estabelecer privilégio para algum desses entes violaria o pacto federativo e, conseqüentemente, caracterizaria inconstitucionalidade.

23. (CESPE. Polícia Federal – Delegado da Polícia Federal. 2018)

Julgue o item seguinte, relativos a institutos complementares do direito empresarial, teoria geral dos títulos de crédito, responsabilidade dos sócios, falência e recuperação empresarial.

A sentença que decreta a falência ou concede a recuperação judicial é condição objetiva de punibilidade das infrações penais previstas na Lei de Recuperação de Empresas.

Certo

Errado

24. (CESPE. ABIN – Oficial Técnico de Inteligência. 2018)

No que tange à doutrina da desconsideração da personalidade jurídica, à classificação, às características e às distinções entre as sociedades empresárias e à falência e à recuperação judicial e extrajudicial, julgue o item que se segue.

Situação hipotética: A empresa Alfa-Beta Ltda. é credora de um título executivo, com valor equivalente a trinta salários mínimos, da empresa Kapa-Pi Ltda. O título não foi pago no seu vencimento.

Assertiva: Nessa situação, a empresa Alfa-Beta Ltda. não poderá pedir a falência da empresa Kapa-Pi Ltda., ainda que faça o protesto desse título.

Certo

Errado

25. (CESPE. DPE-AC. 2017)

Com relação à nota promissória, assinale a opção correta.

- a) Para que a cartularidade dessa nota seja garantida, é necessário aceite.
- b) É vedada, nesse tipo de título, a utilização de cláusula não à ordem.
- c) A obrigação constante desse título deve ficar sujeita a uma condicionante.
- d) A referida nota é uma promessa de pagamento.
- e) A emissão dessa nota exige vinculação a um negócio jurídico.

26. (CESPE. TJ-PR. 2017)

O ato cambiário pelo qual o credor transmite a outrem seus direitos sobre título nominal à ordem é denominado

a) aceite.

- b) aval.
- c) endosso.
- d) cessão civil de crédito.

27. (CESPE. Telebras. 2015)

Acerca da letra de câmbio, julgue o item a seguir.

A regra de que o aceite na letra seja somente praticado pelo sacado não é absoluta, uma vez que a Lei Uniforme acata o aceite por intervenção, diante da falta ou recusa do aceite pelo sacado, após o protesto; um terceiro, não nomeado pelo sacado, poderá aceitar a letra, desde que o portador da letra concorde.

Certo

Errado

28. (CESPE. SEFAZ-AC. 2009. ADAPTADA)

Analise a assertiva a seguir:

No contrato de compra e venda mercantil, é defeso às partes fixar o preço em função de índices ou parâmetros, ainda que estes sejam suscetíveis de determinação objetiva.

Certo

Errado

29. (CESPE. ABIN. 2018)

No que concerne aos requisitos, impedimentos, direitos e deveres do empresário, aos atos de comércio e aos contratos de empresas, julgue o item subsecutivo.

Conforme súmula do Superior Tribunal de Justiça em vigor, a cobrança antecipada do valor residual garantido de um contrato de leasing o descaracteriza, transformando-o em compra e venda a prestação.

Certo

Errado

30. (CESPE. Telebras. 2013)

Julgue o item subsecutivo, em relação a características e classificação dos contratos empresariais.

Nos contratos de compra e venda realizados entre particulares, o comprador e o vendedor assumem, respectivamente, no prazo estipulado, a obrigação de pagar o preço e a de transferir o domínio da coisa, não cabendo mais ao vendedor essa responsabilidade depois de realizado o negócio.

Certo

Errado



Gabarito

- | | |
|------------|------------|
| 1. Errado | 20. E |
| 2. Errado | 21. C |
| 3. Certo | 22. B |
| 4. Certo | 23. Certo |
| 5. Certo | 24. Certo |
| 6. Errado | 25. D |
| 7. Certo | 26. C |
| 8. Errado | 27. Certo |
| 9. Errado | 28. Errado |
| 10. A | 29. Errado |
| 11. E | 30. Errado |
| 12. A | |
| 13. A | |
| 14. Errado | |
| 15. A | |
| 16. D | |
| 17. A | |
| 18. E | |
| 19. Errado | |

